CONSCIÊNCIA, CAMARADAS! A IMPRENSA ANARCOSSINDICALISTA ESPANHOLA E FORMAÇÃO LIBERTÁRIA DAS OPERÁRIAS NA DÉCADA DE 1930

Luana Fernandes Pimentel[1]

Resumo

O propósito deste trabalho consiste em analisar o uso da imprensa pelo movimento anarcossindicalista a partir dos debates estabelecidos pela revista anarcofeminista *Mujeres Libres*, assim como seu projeto político-pedagógico voltada para formação libertárias das operárias às vésperas da guerra civil espanhola.

Palavras-chave

Mulheres – Espanha – Anarcossindicalismo – Mujeres Libres

Abstract

the purpose of this paper is to analyze the use of the press by the anarcho -syndicalist movement based on the debates established by the anarcho-feminist journal Mujeres Libres, as well as its political-pedagogical project aimed at the libertarian training of workers on the eve of the Spanish Civil War.

[1]Doutoranda do Programa de Pós –Graduação em História (UERJ)

KEYWORDS

Women - Spain - Anarcho-syndicalism - Mujeres Libres

A imprensa foi utilizada como uma ferramenta imprescindível pelos grupos revolucionários na disputa de narrativa ideológica como forma de propaganda e de penetração na classe trabalhadora. Segundo José Peirats, uma das grandes preocupações dos militantes anarcossindicalistas era com a propaganda proselitista e com a formação política de seus militantes. Por esse motivo, o movimento editorial anarcossindicalista pode ser analisado como uma verdadeira arma de guerra na disputa ideológica.[2] Entre as produções da CNT de Madri, a revista Mujeres Libres se destacou por seu protagonismo na ampliação dos debates no meio libertário acerca da condição feminina. A revista buscou defender a educação popular, oferecer formação política e fomentar o ímpeto revolucionário das suas leitoras, incentivando-as à ingressarem não só na luta contra o fascismo, mas também na luta contra o patriarcado e a submissão cultural em uma sociedade marcada pela desigualdade social e pelo conservadorismo religioso, no caso, a Espanha da década de 1930.

Francisco Madri Santos defende que a imprensa libertária é uma das principais fontes para analisar os grupos anarquistas, pois possibilita compreender suas características, objetivos, estratégias de propaganda revolucionárias e a sua difusão ideológica.[3] Ainda segundo Santos, a imprensa operária teve um aumento sem precedentes a partir do final da ditadura de Primo Rivera e, posteriormente, viveu um novo pico de publicações com a revolução de julho de 1936. A argumentação de Santos se baseia na análise de Joseph Terme, na qual:

> La prensa, junto con el folleto y la propaganda oral, eran los únicos medios de difusión de las doctrinas obreristas... Un estudio riguroso, exhaustivo, de estos materiales al menos de los que fuesen hallados en hemerotecas, bibliotecas públicas o colecciones particulares (...) permitiría profundizar en la realidad social es-

[2]PEIRATS, José. La CNT en la revolución española. Sevilha: CNT, 1956.
[3]Madrid Santos, Francisco. La prensa anarquista y anarcosindicalista en España desde la I Internacional hasta el final de la Guerra Civil. Barcelona, 1988. 983p. Tese de doutorado - Departament d'Història Contemporània - Universitat de Barcelona.

> pañola y analizar más adecuadamente el obrerismo del periodo estudiado.[4]

A imprensa também foi utilizada pela direita para a disseminação dos ideias nacionalista e anticomunista com o objetivo de desumanizar o inimigo "vermelho" e consolidar a imagem pública do General Franco como "caudilho" carismático que, segundo Francisco Sevillano, foi determinante para a consolidação do regime ditatorial que foi institucionalizado. De acordo com o autor: "Essa imagem teve origem na forma de dominação carismática, forjada no transcurso da guerra civil, na convicção da sua especial capacidade de fascinar, a partir do dom que Deus concede a um eleito , "o caudilho", em benefício da comunidade."[5]

Ou seja, a imprensa enquanto material e instrumento de propaganda política durante a guerra civil não deve ser vista de forma hegemônica, principalmente em contexto de polarização e acirramento das disputas de narrativa. Da mesma forma que a esquerda conquistou apoio popular em regiões como Madri, Barcelona e as Astúrias, os nacionalistas também conquistaram fortes apoiadores entre os setores mais conservadores e religiosos da sociedade. Além disso, dentre as esquerdas a divergência de opiniões e posicionamentos também foi constante durante o período, principalmente entre anarquistas e comunista. Ao longo das edições podemos observar artigos criticando o apoio soviético e os militantes comunistas, assim como suas teorias e projetos políticos, acusando-os de reformista e apoiadores da pequena burguesia, preocupados em reestabelecer a república e retomar seu poder autoritário sem lutar pela verdadeira revolução social, como podemos ver no seguinte trecho retirado do artigo *Revolución social o República democrática,* publicada em sua 7ª edição da revista ML.

> *Los dirigentes del P.S.U.C practican una política antisindical y reformista, ventajosa para la pequeña burguesía, a cambio de lo cual ésta los apoya en el empeño de establecer un "gobierno autoritario". Conocemos la cantinela de la… "dictadura del proletariado". La pequeña burguesía, obligada a sindicarse a partir del 19 de julio – ante la alternativa de la C.N.T- auténtica organización revolu-*

[4]Josep Termes, Anarquismo y sindicalismo en España. La 1ª Internacional (1864-1881), Barcelona, 1977, *apud*, SANTOS, 1989. p.14.

[5]SEVILLANO CALLERO,Francisco. A cultura da guerra do "Estado Novo" espanhol como princípio de legitimação política. In: Rollemberg, Denise. A construção social dos regimes autoritários. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2010.p. 260.

> *cionaria – y la U.G.T – reformista -, escogió de los males el menor, y entró en la U.G.T. Así, no resulta extraño que el P.S.U.C, cuyos dirigentes pertencem a la U.G.T y traten los intereses de la pequeña burguesía. (HARDY, Mujeres Libres, 7ª edição, 1936).*[6]

A revista *Mujeres Libres,* teve sua primeira edição publicada em maio de 1936 e permaneceu em circulação até o outono de 1938. Ao todo foram publicadas 14 edições, porém não sobraram registros da última. Também não é possível afirmar as datas exatas de suas publicações, pois a maioria das edições não se encontra datada. As três primeiras edições, publicadas antes do início da guerra civil espanhola, possuem certa linearidade em sua composição, foram publicados mensalmente no dia 15 e apresentam 16 páginas. A partir de julho de 1936, com o início da guerra, suas publicações não apresentam mais datas nem números regulares de páginas. Ao longo de toda sua existência, a revista ML manteve em seu corpo editorial apenas mulheres. Muitas colaboradoras utilizavam pseudônimos, já outras, como a médica Amparo Poch Gascón, possuíam colunas regulares com temas sobre maternidade, amor livre e sexualidade, assuntos amplamente abordados na historiografia brasileira pela historiadora Margareth Rago[7]. O único homem que participou ativamente da produção da revista foi o ilustrador anarquista Baltasar Lobo.

A equipe editorial da revista Mujeres Libres seguiu o movimento pedagógico característico da imprensa libertária que tinha como uma de suas principais funções estimular nos trabalhadores sua emancipação, o conhecimento laico e a racionalidade. Ou seja, a revista Mujeres Libres se destacou por direcionar seu discurso às mulheres trabalhadoras, discutindo suas pautas e demandas que foram para além daquelas abordadas pelos homens, demonstrando que a estrutura cultural, econômica e social vigente as condicionam a uma posição de inferioridade e subalternidade, questionando suas capacidades intelectuais, físicas e emocionais através de discursos moralistas, respaldados pelo discurso religioso.

[6]*HARDY, Mujeres Libres,* edição número 7, 1936.

[7]Entre os trabalhos de maior destaque estão:
RAGO, Margareth. Novos modos de subjetivar: a experiência da organização Mujeres Libres na Revolução Espanhola.. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 187-206, 2008.
BIAJOLI, M. C. P. ; RAGO, Margareth . Mujeres Libres da Espanha. Documentos da Revolução Espanhola. 2a.. ed. SAO PAULO: Biblioteca Terra Livre/ Editorial Eleuterio, 2017. v. 1000. 222p .
RAGO, Margareth. Amor, Sexo e Anarquia na Revolução Espanhola. In: Soares, C.L.. (Org.). Corpo e História. 4q.ed.Campinas: Autores Associados, 2011, v. , p. 146-165.

Sua luta se pautava na transformação da moral sexual conservadora e na defesa do "fim das hierarquias sexuais e sociais, o amor livre, a maternidade consciente, o direito ao aborto, além dos direitos de acesso à cultura, ao trabalho e à educação."[8]

1.1 A CONDIÇÃO E PROTAGONISMO FEMININO NO MOVIMENTO ANARCOSSINDICALISTA

Uma vez estabelecido seu público-alvo – as mulheres trabalhadoras – a revista assume destaque na mobilização e formação política desse setor. Para pensar e defender a ampliação do protagonismo das mulheres na sociedade espanhola, a revista propõe debater sobre a condição feminina do período. Em geral, a maioria das edições aborda esse tema ao publicarem artigos sobre a necessidade de mudança do papel social exercido pelas mulheres no movimento anarcossindicalista, nos postos de trabalho, nos lares e na sociedade como um todo. Nesse sentido, Emma Goldman, importante intelectual anarquista e colaboradora da revista, escreve na primeira edição, publicada em maio de 1936, uma carta sobre a importância da revista para as mulheres espanholas.

> Me trouxe uma grande alegria, camaradas espanholas, vossa decisão de contribuir para a emancipação das mulheres de vosso país. Hei de confessar que quando estive em Espanha – em 1929 – me surpreendeu, dolorosamente, o atraso da mulher espanhola em geral; sua submissão a uma Igreja e, na vida privada, ao homem, seu pai, marido, companheiro, irmão ou filho; seu acatamento a imposição de duas morais distintas, uma para o homem e outra para a mulher; sua escravidão, enfim, que as reduzem a servientes e portadoras de toneladas de filhos. Estou entusiasmada em saber que umas camaradas espanholas seguem, por fim, o caminho empreendido há tempos pelas companheiras de outros países. [9]

[8]RAGO, Margareth. Mujeres Libres da Espanha: Documentos da Revolução Espanhola/ Margareth Rago. Maria Clara Pivato Biajoli. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017. p.23.
[9]GOLDMAN, Emma. Mujeres Libres, edição número 1, p.1, 1936. link: https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujere-s-Libres-01.pdf

A carta de Goldman abarca pontos relevantes para o entendimento sobre a condição feminina da mulher espanhola na primeira metade do século XX. O moralismo sustentado pelo discurso conservador e católico condicionava as mulheres a ocuparem um espaço muito específico e limitado na sociedade, basicamente de reprodutora e dona de casa. Este lugar foi consolidado pela construção de uma moral feminina e de outra masculina. De acordo com artigo escrito na 10a edição da revista por Suceso Portales, a revolução estaria removendo as concepções básicas em que a ordem até então estabelecida se apoiava no privilégio de classe e gênero, o que gerava uma sociedade de parasitas, responsáveis pelas guerras e pela opressão feminina. Ainda segundo Portales, os privilégios masculinos foram os responsáveis por converter metade do gênero humano em seres autônomos e a outra metade em escravos, logo, não seria possível pensar em uma sociedade verdadeiramente libertária sem considerar a condição feminina e a defesa de uma mesma moral para os dois sexos.[10]

Margareth Rago[11] ressalta que estar inserida nos círculos libertários alterava a situação das mulheres, pois trabalhavam lado a lado dos homens e debates sobre a condição da mulher na sociedade e sobre feminismo eram mais comuns, com isso, os posicionamento das anarquistas se diferenciavam em termos de ousadia e coragem. Essa coragem destacada por Rago possibilitou que as mulheres se organizassem separadamente dos seus companheiros de militância ao perceberem que mesmo no ambiente libertário as pautas femininas não eram devidamente abordadas e suas vozes não eram ouvidas, como destaca uma das integrantes da organização *Mujeres Libres*, SaraGuillé,

> Eu não concordava com a ideia das Mulheres Libres. Pensava que a luta afetava tanto as mulheres quanto os homens. Todos nós estávamos lutando por uma sociedade melhor. Por que deveria haver, então, uma organização separada? Um dia, quando eu estava com um grupo das juventudes, fomos a uma reunião que a Mulheres Livres havia organizado na sede da FIJL, que também era um escritório. Os rapazes começaram a tirar sarro das meninas que estavam conduzindo a reunião, o que me irritou

[10]PORTALES, Suceso. Mujeres Libres. edição número 10, 1938.
[11]RAGO, Margareth. Luce Fabbri, o Anarquismo, as Mulheres. In Textos de História, vol. 8, nº1/2, 2000.

> profundamente. Quando a mulher que estava falando terminava, os rapazes faziam perguntas e diziam que não tinham sentido as mulheres se organizarem em separado, já que não fariam nada efetivamente. O tom desse comentário me enfureceu, e passei então a defender a Mulheres Livres. No final, me nomearam delegada do nosso bairro para a reunião da federação local de Barcelona.[12]

A Confederação Nacional Mujeres Libres se destacou por pensar em um movimento organizado por mulheres e com objetivo de atender as demandas femininas. É importante pontuar que essa articulação não nasce do nada, as militantes tinham como exemplos e base teórica companheiras históricas no movimento anarcossindicalistas, como a obrera libertária Teresa Claramunt, citada na 12a edição da revista em maio de 1938: "A juventude de agora apenas conhece seu nome, e, sem dúvida, Teresa Claramunt representa cerca de cinquenta anos de agitação revolucionária e de propaganda anarquista".[13]

A luta pela ampliação do protagonismo feminino espanhol em espaços dominados por homens, como a política e o movimento sindical, já vinha sendo desempenhado por trabalhadoras e intelectuais do movimento anarquista. Antes da guerra civil, as mulheres espanholas foram atuantes em atividades que iam desde greves sindicais até a luta armada na "semana trágica", que ocupou ruas e fábricas de Barcelona. Porém, como destaca Antony Beevor[14], apesar da presença feminina nos espaços libertários e sindicais, a atuação organizada e independente dentro da CNT só ocorreu, de fato, após as eleições de 1936, sendo um fenômeno da Guerra Civil. Pode-se dizer que, o conflito criou condições favoráveis para a redefinição do papel social feminino, com o aumento do número de trabalhadoras em fábricas e postos de trabalho, anteriormente ocupados por homens que tiveram que deixá-los para se dedicar à resistência armada.

Mary Nash[15] esclarece que dentro do movimento anarquista espanhol do início do século XX havia duas correntes teóricas sobre a concepção do lugar social feminino. A primeira, baseada nos escritos de Proudhon, defendia que o

[12]Sara Berenguer Guillén, entrevista, montady. 28 dez.1981. *Apud.* Ackelsberg, 2019.
[13]Mujeres Libres, edição número 12, 1939. Tradução nossa.
[14]BEEVOR, Antony. A batalha pela Espanha. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo:Record, 2007
[15]NASH, Mary. ROJAS: Las mujeres en la guerra civil. Taurus, 1999.

papel feminino na sociedade deveria ser, basicamente, de reprodutora. Já a corrente baseada nos escritos de Bakunin defendia a igualdade de gênero, segundo essa corrente a chave para se alcançar a emancipação das mulheres operárias era a incorporação das mesmas no mercado de trabalho assalariado. Desta forma, a luta feminina nos sindicatos se fez presente a fim de melhorar a situação de todos os trabalhadores, sendo esta concepção a que mais predominava na CNT.

Além das disputas com os companheiros do movimento anarcossindicalista, a Mujeres Libres também disputava apoio e influência nas fileiras das mulheres revolucionárias com outra grande organização de mulheres, a AMA, Asociacióndе Mujeres Antifascistas. Tratava-se de uma organização que pretendia unir, sob o rótulo do antifascismo apartidário, todas as organizações operárias femininas. "El objetivo inmediato de la AMA era integrar a las españolas en la causa antifascista y promover el predominio del Partido Comunista de España (PCE) entre las mujeres'.[16] Com o avançar da Guerra Civil, o interesse do grupo Mujeres Libres pela capacitação das mulheres passou a significar não só um compromisso com uma maior participação feminina na CNT, mas também uma competição com a Asociación de Mujeres Antifascistas (e com os partidos comunista e socialista) pela lealdade das mulheres recentemente mobilizadas.[17] Essa disputa, ficou cada vez mais desequilibrada com o passar do tempo, porque a AMA contava com grande apoio das organizações comunistas e, portanto, com mais recursos materiais. E a Mujeres Libres, em contrapartida, enfrentava uma situação financeira mais limitada, ainda que contasse com o apoio da CNT.[18]

Também se preocupavam em diferenciar-se dos movimentos feministas liberais e burgueses, principalmente os norte-americanos. O movimento feminista sufragista da década de 1930 se estruturava entorno de pautas como o direito ao voto e da inserção feminana nas esferas de poder do Estado. Já as mulheres anarquistas defendiam o fim do Estado e das hierarquias sociais. Margareth Rago defende que a principal mudança social que essas militantes anarco-feministas visavam era a criação de novos estilos de vida e sociabilidades capazes de produzir subjetividades mais libertárias, para Rago a produção da subjetividade foi um ponto central para os revolucionários anarquistas durante a revolução, pois lutaram não somente pela destruição do poder concentrado do Estado, mas

[16]idem, p.76
[17]Biajoli, Maria Clara Pivato Narrar utopias vividas: memória e construção de si nas "Mujeres Libres" da Espanha / Maria Clara Pivato Biajoli. - - Campinas, SP: [s. n.], 2007
[18]ACKELSBERG, Martha. Op. cit. p.131

também pelo desejo de transformação radical no âmbito econômico e social. Desta forma, a população que lutou ao lado dos libertários teria transformado a luta antifascista em uma revolução social.[19]

1.2 O PROJETO PEDAGÓGICO DA MUJERES LIBRES

Segundo Corrêa, o anarcossindicalismo teria duas missões;

> Uma, de curto prazo, que visava trazer bem-estar aos trabalhadores, na conquista de melhores salários e melhores condições de trabalho. Isso fazia do sindicato, antes de tudo, um órgão de defesa dos trabalhadores. A outra, de longo prazo, que estimulava um norte, um rumo para as ações de curto prazo. Esse norte, que é o comunismo libertário, era compreendido como o fim desejado, e nessa perspectiva, o sindicato constituía também a construção imediata de um porvir de uma nova ordem social.[20]

Para alcançar estes objetivos, para além da luta armada, outras formas de luta contra a exploração dos trabalhadores foram adotadas pela CNT, como a educação libertária. Discutiremos agora o papel dos movimentos de capacitação e das escolas de militantes como formas de ação direta e como esta política educacional influenciou as mulheres anarcossindicalistas, em especial, as militantes da M*ujeres Libres* e a equipe editorial responsável pela revista.

A educação foi território dominado pelas instituições eclesiásticas na Espanha. O sistema educacional fornecido pela Igreja tinha como forte característica a moralização da sociedade de acordo com seus dogmas, desta forma, ao definir aquilo que deveria ser considerado certo ou errado estaria preservando os privilégios das classes dominantes, mantendo o *status quo*. De acordo com Martha A. Ackelsberg, em 1930, durante a II República, houve maior acesso à educação; Os índices de analfabetismo também caíram, porém cerca de 50% dos homens

[19]RAGO, Margareth. Mujeres Libres da Espanha : Documentos da Revolução Espanhola/ Margareth Rago. Maria Clara Pivato Biajoli. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017.
[20]CORRÊA, Felipe. Apresentação. In: ROCKER, Rudolf. A tragédia na Espanha: Notas sobre a guerra civil (1936-39). Curitiba: ed. L-dopa, 2010, p.7.

e 60% entre as mulheres, nas províncias do sul, e 25%e 30% entre as mulheres e 20% a 25% entre os homens, nas províncias bascas continuaram analfabetos.[21] Esses dados comprovam a falta de interesse do Estado e da Igreja na ampliação do acesso aos mais pobres no ensino básico e, consequentemente, com a permanência da ignorância e da falta de capacitação para o trabalho.

A educação eclesiástica, em geral, seguia o método tradicionalista de ensino, pautado na repetição e memorização dos conteúdos, no qual o professor é visto como uma autoridade inquestionável, seu dever é transmitir conteúdo aos alunos sem respeitar suas peculiaridades e contextos sociais. Já na educação libertária, defendia-se um modelo educacional de autogestão. Ferrer, principal expoente dessa corrente, defende o ensino para as classes operárias da Espanha, com a intenção de incentivar uma educação reflexiva contra a dominação das instituições hegemônicas, com um forte cunho de crítica social.[22]

As contradições entre os dois modelos educacionais reverberavam as contradições sociais da Espanha e as disputas ideológicas que caracterizaram a Guerra Civil. A educação tradicionalista além de não chegar às classes populares também não incentivava a luta por direitos, liberdade e autonomia, ao contrário, preservava as desigualdades. Já a educação libertária tem por objetivo fomentar o ímpeto revolucionário e lutar contra as instituições hegemônicas: "Ferrer se comprometeu com a tarefa de criar uma escola que reconhecesse a educação como um ato político"[23].

A carência de instituições de ensino laicas voltadas para a classe trabalhadora fez com que os anarquistas, em especial as organizaçõe anarcossindicalistas, a exemplo da Confederação Nacional do Trabalho, financiassem os chamados *Ateneos,* centros educativos e culturais que proporcionaram às crianças e adultos trabalhadores a oportunidade de aprender a ler e escrever. Para além da alfabetização, os *ateneos* também tinham importante destaque na sociabilidade dos jovens das classes operárias, sendo um espaço de encontros, debates de ideias e recreação. Para as mulheres trabalhadoras, esses espaços educacionais tiveram papel fundamental, pois possibilitaram construir relações de igualdade com os homens. Desta forma, a educação libertária se apresentava como uma ferramenta necessária e urgente para a libertação da mulher, por esse motivo, a revista

[21]ACKELSBERG, Martha.Op. cit, p.151.
[22]PRADO DA SILVA, Pedro Henrique . Francisco Ferrer y Guardia: um nome para a educação popular. Revista de educação popular (impresso), v. 15, p. 10-25, 2016.
[23]ACKELSBERG, Martha.Op. cit. p.153.

Mujeres Libres tinha como um de seus principais objetivos mudar as condições de existência das mulheres pobres da Espanha por meio da educação e da formação libertária.[24]

A organização Mujeres Libres "embarcou em um projeto massivo de culturalização da classe trabalhadora urbana e rural [...] Tinha como objetivo ampliar a alfabetização e a base cultural dos operários".[25] A finalidade da organização era a "capacitação para o trabalho e para a vida pública, retirando-as do confinamento doméstico e do obscurantismo religioso".[26] Uma das grandes ações revolucionárias e vitórias das agrupações Mulheres Livres, e do movimento anarcossindicalista como um todo, foi a criação de uma rede de escolas e de jornais com o objetivo de alfabetizar e capacitar os *obreros* para a atuação nos postos de trabalho.

> " A cruzada contra o analfabetismo que Mulheres Livres iniciou, é acolhida com um eco de simpatia de todos os setores sinceramente antifascistas revolucionários. Diversos grupos estudantis se juntaram a nós para oferecer suas habilidades a essa empresa autenticamente libertadora".[27]

As três primeiras edições da revista *Mujeres Libre*s, lançadas entre maio e julho de 1936, abordam de forma muito clara o projeto pedagógico que essas mulheres defendiam. Na primeira edição, publicada em maio de 1936, Antônia Maimom escreveu um breve artigo sobre a pedagogia de Pestalozzi, destacando seu apreço pela educação popular ao afirmar que: "A pedagogia de Pestalozzi se destaca, vibrante e oportuna, frente à essa outra oportunista, que rotineiramente se limita copiar lições, mantida por morais que contrastam com o pensamento magnífico de ensinar aos mendigos a viver como homens"[28]. Na segunda edição podemos perceber a defesa por uma educação comum aos homens e às mulheres, como destaca Julia Carrillo em seu artigo intitulado *Algo sobre educacion,* no qual defendeu que meninos e meninas deveriam estudar juntos e receber a

[24]ACKELSBERG, Martha. Op.cit.
[25]ACKELSBERG, Martha. Op.cit. p.150.
[26]RAGO, Margareth. Mujeres Libres: Anarco-feminismo e subjetividade na revolução espanhola. Revista verve, 7: 2005, p.137.
[27]Revista Mujeres Libres, 1938. Tradução nossa.
[28]MAIMOM, Revista Mujeres Libres, 1a edição, 1936. tradução nossa.

mesma educação, ao contrário do que acreditam os conservadores.[29] Por fim, a terceira edição se dedica à reforma escolar no México, colocando-a como um exemplo a ser seguido pela Espanha. "A *escuela de accíon* é um centro de ensino mútuo, de cooperativismo, de disciplina e, embora pareça pedagógico, de liberdade"[30]. De acordo com Laura Blanco, "entre os objetivos principais da revista Mulheres Livres, a educação era de maior destaque, pois era por meio dela que se permitiria o reconhecimento social da mulher; Assim como a cultura também era necessária para que as mulheres compreendessem o significado do anarquismo e da revolução social"[31].

Os programas educativos, divulgados pela revista, foram centrais para o processo de capacitação das mulheres. "a educação era essencial para libertar o potencial das mulheres e para permitir que se transformassem em membros totalmente participativos no movimento e na nova sociedade".[32] Esse processo de capacitação tinha como objetivo a curto prazo garantir a vitória na guerra. A força das mulheres na resistência, nas frentes de batalha e na retaguarda, foi fundamental na resistência antifascista.

A revista *Mujeres Libres* se apresentou enquanto um espaço de conscientização, no qual a luta pelos valores anarquistas e pela valorização pessoal e coletiva das mulheres foram centrais ao longo de sua existência.

RECEBIDO EM 85/09/2021
APROVADO EM 05/11/2021

[29]CARRILLO, Revista Mujeres Libres, 2a edição, 1936.
30 CASRELLANOS, Revista Mujeres Libres. 3a edição, 1936. tradução nossa.
31 BLANCO, L.S. El anarcofeminismo en España: Las propuestas anarquistas de Mujeres Libres para conseguir la igualdad de géneros. Foro de Educación: 2007, p.234.
32 ACKELSBERG, Martha, Op. Cit.p.268

FONTES

Mujeres Libres, Madri, edições número 1. Disponível em: https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujere-s-Libres-01.pdf

Mujeres Libres, Madri, edições número 2. Disponível em:https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-02.pdf

Mujeres Libres, Madri, edições número 3. Disponível em:https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-03.pdf

Mujeres Libres, Madri, edições número 4. Disponível em:https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-04.pdf

Mujeres Libres, Madri, edições número 5. Disponível em:https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-05.pdf

Mujeres Libres, Madri, edições número 6. Disponível em:https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-06.pdf

Mujeres Libres, Madri, edições número 7. Disponível em:https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-07.pdf

Mujeres Libres, Madri, edições número 8. Disponível em:https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-08.pdf

Mujeres Libres, Madri, edições número 9. Disponível: https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-09.pdf

Mujeres Libres, Madri, edições número 10. Disponível em: https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-10.pdf

Mujeres Libres, Madri, edições número 11. Disponível em:https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-11_0.pdf

Mujeres Libres, Madri, edições número 12. Disponível em: https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-12.pdf

Mujeres Libres, Madri, edições número 13. Disponível em: https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-13.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACKELSBERG, Martha. *Mulheres Livres:* A luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola. São Paulo: Elefante, 2019.

BEEVOR, Antony. *Batalha pela Espanha.* Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Record, 2007.

BIAJOLI, M. C. P. ; RAGO, Margareth . *Mujeres Libres da Espanha*. Documentos da Revolução Espanhola. 2a.. ed. SAO PAULO: Biblioteca Terra Livre/ Editorial Eleuterio, 2017. v. 1000. 222p.

BIAJOLI, Maria Clara Pivato. *Narrar utopias vividas*: memória e construção de si nas "Mujeres Libres" da Espanha / Maria Clara Pivato Biajoli. - - Campinas, SP: [s. n.], 2007.

BLANCO, L.S. *El anarcofeminismo en España:* Las propuestas anarquistas de Mujeres Libres para conseguir la igualdad de géneros. Foro de Educación: 2007, p.234.

CORRÊA, Felipe. Apresentação. In: ROCKER, Rudolf. *A tragédia na Espanha*: Notas sobre a guerra civil (1936-39). Curitiba: ed. L-dopa, 2010.

MADRID SANTOS, Francisco. *La prensa anarquista y anarcosindicalista en España desde la I Internacional hasta el final de la Guerra Civil.* Barcelona, 1988. 983p. Tese de doutorado - Departament d'Història Contemporània - Universitat de Barcelona.

NASH, Mary. *ROJAS:* Las mujeres en la guerra civil. Taurus, 1999.

PEIRATS, José. *La CNT en la revolución española.* Sevilha: CNT, 1956.

PRADO DA SILVA, Pedro Henrique . *Francisco Ferrer y Guardia:* um nome para a educação popular. Revista de educação popular (impresso), v. 15, p. 10-25, 2016.

RAGO, Margareth. *Novos modos de subjetivar*: a experiência da organização Mujeres Libres na Revolução Espanhola. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 187-206, 2008.

_____ *Amor, Sexo e Anarquia na Revolução Espanhola.* In: Soares, C.L.. (Org.). Corpo e História. 4q.ed.Campinas: Autores Associados, 2011, v. , p. 146-165.

ROCKER, Rudolf. *A tragédia na Espanha*: Notas sobre a guerra civil (1936-39). Curitiba: ed.L-dopa, 2010.

ROMERO SALVADÓ, Francisco. *A Guerra Civil Espanhola.* Tradução Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

SEVILLANO CALLERO,Francisco. *A cultura da guerra do "Estado Novo" espanhol como princípio de legitimação política*. In: Rollemberg, Denise (org). A construção social dos regimes autoritários. Volume: Europa. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2010.

TERMES, Josep. *Anarquismo y sindicalismo en España*. La 1ª Internacional (1864-1881), Barcelona, 1977, *apud*, SANTOS, 1989.